

Reflexões sobre o patrimônio bibliográfico: o caso da biblioteca de Rui Barbosa

Reflections about bibliographic heritage: the case of Rui Barbosa library

Letícia Krauss Provenzano¹

Resumo:

Com a ascensão recente no Brasil da discussão em torno do patrimônio bibliográfico o artigo busca refletir sobre o tema aproximando-o de um contexto específico, a Biblioteca de Rui Barbosa. Trata-se de um texto analítico. Apresenta algumas abordagens europeia e latino-americana, especificamente mexicana, e tece algumas considerações a partir delas. Insere as bibliotecas pessoais como elementos que constituem o complexo do patrimônio bibliográfico. Expõe a Biblioteca de Rui Barbosa sob a perspectiva de lugar de saber, conceito de Christian Jacob. Analisa a evolução da Biblioteca de Rui Barbosa de *biblioteca práctica* a *biblioteca museo*. Percebe essa biblioteca como patrimônio bibliográfico.

Palavras-chave: Patrimônio bibliográfico. Bibliotecas pessoais. Biblioteca de Rui Barbosa.

Abstract:

Considering the recent rise of the discussion about bibliographic heritage in Brazil, the article aims to reflect about the theme bringing it closer to a specific context, the Rui Barbosa Library. It is an analytical text which presents some European, Latin-American and, specifically, Mexican approaches, providing some considerations based on them. It inserts the personal libraries as elements that constitute a complex bibliographic heritage. The article presents the Rui Barbosa Library from the perspective of a place of knowledge, a concept developed by Christian Jacob. It analyses the evolution of this library, the *biblioteca práctica* a *biblioteca museo*, and it also perceives this library as a bibliographic heritage.

Keywords: Bibliographic heritage. Personal libraries. Biblioteca de Rui Barbosa.

¹ Mestranda em Biblioteconomia. E-mail: leticiakraussp@gmail.com

1 Introdução

Recentemente vêm sendo desenvolvidas no Brasil iniciativas para trazer à tona a reflexão e a discussão em torno do tema patrimônio bibliográfico, que foi pauta na jornada *O tráfico ilícito do patrimônio bibliográfico na América Latina e Caribe* realizada em 2018, na Fundação Biblioteca Nacional.

Em fevereiro de 2019 aconteceu o evento *Educação patrimonial: prosas sobre patrimônio bibliográfico* na Biblioteca Mário de Andrade em São Paulo e, no mesmo ano, a mesa-redonda *Patrimônio bibliográfico e documental: perspectivas e reflexões*, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

Cabe registrar que no Mestrado Profissional em Biblioteconomia dessa mesma universidade, durante o segundo semestre de 2019, foi ministrada pela primeira vez a disciplina *Patrimônio Bibliográfico*.

As provocações suscitadas durante o cursar dessa disciplina foram a motivação para refletir sobre o tema. O resultado da reflexão é o artigo que ora se apresenta. Ele problematiza o patrimônio bibliográfico e estabelece uma relação com a Biblioteca de Rui Barbosa.

Pela abordagem de Choay (2006), o conceito de patrimônio se caracteriza por um nomadismo, porque perpassa uma multiplicidade de campos e se caracteriza por uma diversidade de predicados. No âmbito dos bens culturais bibliográficos e das bibliotecas esse conceito se manifesta como patrimônio bibliográfico.

Além do questionamento sobre do que estaríamos tratando quando falamos de patrimônio bibliográfico, se faz também necessário perguntarmos do que, de fato, queremos falar, quando falamos de patrimônio bibliográfico.

2 Patrimônio bibliográfico: algumas abordagens

Para iniciar a reflexão sobre o tema, apresentamos patrimônio bibliográfico pelas autoras portuguesas Faria e Pericão (2008, p. 565) que o definem como “conjunto das espécies bibliográficas, seja qual for o seu tipo de suporte, acumuladas ao longo dos séculos e que veiculam a herança cultural de um povo”.

Não pretendemos fazer uma revisão conceitual sobre patrimônio bibliográfico já que o artigo intitulado *O patrimônio bibliográfico no Brasil: trajetória de leis, políticas e instru-*

mentos de proteção legal, de Santos e Reis (2018), cumpriu esse papel primorosamente. É por meio desse trabalho que nos atentamos para o fato da origem da noção de patrimônio bibliográfico no Brasil ter nascido com um caráter vago. O decreto-lei nº 25 de 1937, que tratou da organização do patrimônio histórico e artístico nacional, incluiu o valor bibliográfico como um dos critérios aplicáveis aos bens culturais, porém, como destacaram Santos e Reis (2018), não houve explicitação acerca de tal valor.

De acordo com Santos e Reis (2018), o patrimônio bibliográfico no Brasil foi discutido baseando-se na tríade ilustrada a seguir:

Figura 1 — Aspectos da discussão sobre patrimônio bibliográfico no Brasil.



Fonte: Adaptado de Santos e Reis (2018), pela própria autora, 2020.

Se no Brasil o problema da imprecisão dos conceitos é evidente, “a indefinição terminológica no campo do patrimônio cultural se estende a suas diferentes modalidades e aos seus respectivos bens constituintes” (SANTOS; REIS, 2018, p. 228), em alguns países da América Latina, como Colômbia e México, e da Europa, o conceito de patrimônio bibliográfico e/ou a noção sobre seus valores vem se desenvolvendo de maneira profusa e abrangente, aproximando-se do binômio memória-identidade.

O México tem sido uma referência na reflexão acerca de patrimônio bibliográfico, sendo o bibliotecário Juan Miguel Palma Peña (2011, 2013, 2014) um pesquisador que tem se dedicado ao tema. Dentre questões abordadas em alguns de seus textos, destacam-se: a necessidade de formação em valores sociais e patrimoniais para a conscientização sobre patrimônio

documental; a relação entre patrimônio bibliográfico e documental e os direitos culturais; e uma extensa revisão (de leis, conceitos e informações) sobre patrimônio bibliográfico e documental da humanidade.

A compreensão sobre patrimônio bibliográfico e documental sugerida por Palma Peña (2013) é ampla e apresenta os suportes bem caracterizados, sem estabelecer marcos temporais e independentemente de critérios estéticos, considerando todas as expressões e criações

que foram produzidas como testemunho fiel do desenvolvimento das sociedades; e que foram expressas em manuscritos, impressos, mídias audiovisuais, documentos eletrônicos, etc., cuja finalidade é armazenar, transmitir, preservar, conservar, comunicar e divulgar a soma de conhecimento que contêm² (PALMA PEÑA, 2013, p. 34, tradução nossa).

No panorama europeu, Gómez Gómez (2012), a partir de reflexão sobre o Patrimônio Documental e Bibliográfico da Andaluzia, comunidade autônoma da Espanha, apontou como seus valores: histórico e intelectual — compreendidos os bens escritos do passado e do presente como fontes para conhecer a história da humanidade; representativo e simbólico — pelo potencial de simbolizar uma cultura; e social e político — na medida em que os bens escritos custodiados em arquivos e bibliotecas fazem dessas instituições fundamentais para o desenvolvimento das sociedades democráticas.

Os valores destacados no exemplo andaluz se coadunam com uma das ideias de Palma Peña (2011) sobre o quanto o patrimônio bibliográfico influencia as sociedades em decorrência de promoverem identidade e de propiciarem a transmissão de conhecimentos ao longo do tempo.

De acordo com Gómez Gómez (2012) os livros e documentos, qualquer que seja a época em que foram produzidos, são objetos complexos pois se caracterizam como bens culturais tanto materiais quanto imateriais. Além dos aspectos próprios da materialidade, como bens culturais, “livros e documentos autênticos carregam uma mensagem que lhes outorga verdadeira razão de ser”³ (GÓMEZ GÓMEZ, 2012, p. 1038, tradução nossa).

² “[...] que han sido producidas para ser testigo fiel del desarrollo de las sociedades; y que han sido objetivadas en manuscritos, impresos, medios audiovisuales, documentos electrónicos, etcétera, cuya finalidad es almacenar, transmitir, preservar, conservar, comunicar y difundir la suma de conocimientos que contienen. (PALMA PEÑA, 2013, p. 34).

³ “Los Libros y documentos autênticos portan un mensaje que les otorga verdadera razón de ser.” (GÓMEZ, 2012, p. 1038).

Nesse sentido Palma Peña (2009) aponta as seguintes características que podem ser observadas em um impresso: a intelectual, relacionada a autoria e a outras funções de responsabilidade pela concepção da obra; a material, concernentes aos insumos e processos de produção; e a gráfica, que compreende aspectos estéticos e elementos incluídos posteriormente à publicação da obra como marcas de propriedade.

Portanto, a ideia sobre patrimônio bibliográfico tem sido centrada no valor emanado dos itens, visto que eles representam a materialização de expressões culturais e do desenvolvimento literário, científico e tecnológico da sociedade. A reflexão que se segue é fruto de inquietação provocada pela percepção de que o patrimônio bibliográfico pode se manifestar em outra camada que não baseada na representatividade intelectual, material ou gráfica de um bem ou de conjunto de bens materiais em relação a um grupo cultural.

3 Algumas reflexões sobre patrimônio bibliográfico: endogenia e exogenia

Quem determina o que é ou não patrimônio? Melot (2004) admitiu um objeto patrimonial como primordial para a existência de um grupo. As comunidades se representam em objetos — por isso o caráter simbólico —, os bens patrimoniais. Assim, o patrimônio cultural são tais objetos validados pela comunidade.

Se patrimônio está relacionado à identidade, na medida em que as pessoas se reconhecem e identificam os outros em um objeto ou num conjunto de objetos — que são manifestações materializadas das diversas expressões da sociedade —, tem-se, então, a noção de patrimônio.

No contexto deste estudo, o entendimento sobre patrimônio bibliográfico se expressa na ideia de conjunto; na importância de dissociar a concepção de patrimônio bibliográfico da necessidade de chancelas do Estado ou de instituições certificadoras e, ainda, que o reconhecimento de um item ou de um conjunto deles como patrimônio bibliográfico independe do enquadramento em conceitos relacionados à raridade, da antiguidade das publicações ou da luxuosidade dos materiais.

O conjunto representativo do patrimônio bibliográfico nacional é a soma de itens singulares reconhecidos como patrimônio, de grupos desses itens e da rede de instituições que é a guardiã desse patrimônio, como bibliotecas de diversos tipos e outras organizações que pos-

suem acervos bibliográficos. Se patrimônio bibliográfico é conjunto, tais organizações representam, simultaneamente, conjuntos e subconjuntos: elas preservam, disseminam e produzem elementos do patrimônio bibliográfico.

Dando prosseguimento à reflexão sobre outra interpretação para patrimônio bibliográfico, parte-se da premissa que qualquer item ou conjunto de itens bibliográficos tem valor para alguém. A validação dar-se-ia por meio da representatividade de uma personalidade física ou jurídica em uma comunidade — isto é, o elo identitário desse ente com um grupo — que se transmite para um ou mais objetos, tornando-o, portanto, um objeto com valor patrimonial. Na presente discussão, patrimônio bibliográfico.

Assim, a patrimonialização dar-se-ia por uma espécie de hereditariedade, já que a relevância sociocultural característica de um indivíduo ou de uma instituição em uma comunidade seria então transmitida a um conjunto de itens que pertenceu àquela personalidade ou organização, tal qual os descendentes (aqui objetos) herdaram características de seus ascendentes (proprietários de outrora). O potencial patrimonial migra do sujeito possuidor para o objeto possuído.

Expõem-se aqui, portanto, a percepção sutil de duas instâncias patrimonializantes para uma obra ou um conjunto de obras. Uma endógena, emanada das características intrínsecas e extrínsecas “originais” de um objeto. No caso dos itens bibliográficos, por seu conteúdo intelectual e/ou aspectos materiais, ou seja, os itens representativos da expressão cultural de um grupo.

A outra instância, exógena, seria aquela associada ao contexto histórico e social focado num indivíduo ou organização: o fato da obra de ter sido possuída por alguém com laço identitário com um grupo, o uso e/ou quem/como fez uso de determinado item ou conjunto de itens, isto é, proveniente de causa externa ao próprio item.

Se a ideia de patrimônio está associada à identidade, a segunda perspectiva mencionada acima (exógena) reflete as coleções bibliográficas que podem expressar relação identitária em nível institucional, proveniente da associação entre “coleção possuída”, “possuidor” e a instituição que custodia a coleção, e não uma relação de reconhecimento identitário direto entre uma comunidade e certo item bibliográfico ou conjunto de itens bibliográficos tendo em vista seu sentido textual e/ou material.

Isso posto, esse entendimento justifica considerar patrimônio bibliográfico um acervo completo (ou parte de) que tenha pertencido a uma personalidade, ainda que o conjunto seja temática, cronológica e materialmente heterogêneo.

Para ilustrar a apropriação dos conceitos de endogenia e exogenia no contexto do patrimônio bibliográfico, apresentam-se as seguintes abstrações: os folhetos de cordel escritos por um cordelista de Crato seriam patrimônio bibliográfico “endógeno” no mínimo para a comunidade cratense, identificação que poderia se desdobrar em outros níveis políticos-territoriais (reconhecimento pelo estado do Ceará e/ou pelo país), assim como, suponhamos, a primeira edição publicada do parecer feito por Rui Barbosa sobre a redação do Código Civil que viria a ser publicado em 1916 também seria patrimônio bibliográfico “endógeno” para a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) ou até mesmo para o Senado Federal.

Do mesmo modo, a primeira edição da tradução feita por Rui Barbosa da obra *Der Papst und das Konzil*⁴, de Johann Joseph Dolinger, do alemão para português, seria patrimônio bibliográfico “endógeno” para a FCRB e/ou uma associação de tradutores, ainda, para a comunidade alemã no Brasil.

Por outro lado, a biblioteca que pertenceu a Rui Barbosa, ou seja, o acervo reunido por ele ao longo da vida seria patrimônio bibliográfico “exógeno” para entidades ou grupos que assim o reconhecessem: a Ordem dos Advogados do Brasil ou um curso de Direito de qualquer universidade brasileira podem considerar essa biblioteca patrimônio bibliográfico, sobretudo em função das obras jurídicas que compõem o conjunto. Em se tratando da FCRB, a relação identitária é mais evidente já que é a biblioteca pessoal de quem dá nome à própria instituição da qual faz parte e mesmo nesse caso tal acervo seria patrimônio bibliográfico por exogenia.

Embora pareça óbvio que a biblioteca pessoal de Rui Barbosa seja patrimônio bibliográfico a partir do contexto da FCRB, é importante ponderar que o alto grau de explicitabilidade de uma relação identitária *per se* não é engessada ou excludente de modo que outros grupos também podem validar um acervo como patrimônio bibliográfico ainda que não se tenha a custódia ou a posse desse acervo.

⁴ O papa e o concílio.

A caracterização de patrimônio bibliográfico como endógeno ou exógeno nos exemplos acima foi empregada com o intuito de ilustrar as duas camadas de significados pelas quais podem se manifestar o patrimônio bibliográfico.

4 Bibliotecas pessoais no conjunto do patrimônio bibliográfico

Ao longo do tempo despertando paixões, as bibliotecas vêm sendo metaforizadas com as mais instigantes imagens. Pires (1949) e Eco (2010) convergiram nas figuras de linguagem e atribuíram às bibliotecas um sentido biológico, caracterizando-as como um meio orgânico, com fisiologia própria.

Na história das bibliotecas Strabo (1903) atribuiu ao filósofo grego Aristóteles (384 - 322 a.C.) a formação da primeira biblioteca pessoal. A partir do século XVI, coleções pessoais indicaram “a penetração da cultura escrita, e da sua importância social. Grandes e pequenas coleções dão testemunho desse facto, embora de modo diferente” (LISBOA, 2018, p. 13).

É consenso que bibliotecas pessoais não são acúmulos de livros e outros materiais reunidos ao acaso (BESSONE, 1999; SANTIAGO, 2018). Há uma carga simbólica e patrimonial atrelada a esses conjuntos (ANASTÁSIO, 2013), afinal, eles possuem personalidade conferida à coleção pela realidade sociocultural do proprietário, traduzida por seus interesses pessoais de leitura, atuação profissional e até práticas de colecionismo.

Por essas características, Sánchez (2015) destacou o aspecto biográfico que uma biblioteca pessoal possui, já que a história de vida do proprietário pode ser contada pela sua biblioteca. Essa ideia dialoga com Manguel (2018) que destacou um traço ainda mais profundo de uma biblioteca pessoal quando fez uma analogia entre suas bibliotecas e uma autobiografia, pois encontra nos livros signos de sua própria vida.

Outra perspectiva sobre as bibliotecas pessoais é a de que são espaços de afeto e de interioridade (NASCIMENTO, 2013). De afeto, na medida em que elas guardam afetos materializados pelas pessoas nos livros, seja na forma de anotações ou até mesmo nas características das edições publicadas.

Se o livro é de segunda mão, deixo intactas todas as marcas, os rastros de leitores prévios, companheiros de viagem que registraram sua passagem por

meio de comentários rabiscados, um nome na página de rosto, um bilhete de ônibus marcando determinada página. (MANGUEL, 2006, p. 23).

Quanto à interioridade, ela emana da leitura, da apropriação dos textos. Sobre isso, Manguel (2006, p. 33) aponta o papel do leitor em dar vida aos livros, pois “cada leitura existe com o objetivo de assegurar uma modesta imortalidade a determinado livro. A leitura é, nesse sentido, um rito de renascimento”.

Embora bibliotecas pessoais possuam uma identidade resultante das escolhas dos proprietários, Manguel (2006, p. 163) defende que é “a trama de associações implícita na seleção” que de fato revela a biblioteca como uma autobiografia, pois esse complexo evoca sucessivas memórias que se conectam e se transformam. Se um livro é uma porção ou um repositório de memória (ECO, 2010), então uma coleção de livros pode ser entendida como um metarpositório de memórias. Mesclando essa ideia à de Namer (1987), temos que a biblioteca seria, portanto, um metarpositório de memórias culturais.

Tendo sido conturbada a história das bibliotecas, diversas padeceram de pilhagens, censura, incêndios, ação de agentes climáticos ou biológicos. Além disso, presume-se que algumas bibliotecas pessoais não tenham chegado até nós por terem sido vítimas de dispersão decorrente de “dinâmicas próprias das casas, as mudanças, as partilhas por morte, as doações, a alienação de bens” (LISBOA, 2018, p. 11).

Muitas bibliotecas pessoais se salvaram graças à institucionalização, ou seja, foram absorvidas por instituições públicas ou privadas através de doação ou compra.

Freqüentemente, as coleções reunidas por bibliófilos particulares chegam, com o tempo, a bibliotecas ou instituições públicas que garantem (até certo ponto) que a coleção permanecerá unida, sem dispersão (e portanto, objeto de culto e estudo para pesquisadores) e, como essas instituições são públicas, disponibilizam-na a todos os cidadãos⁵ (GONZÁLEZ MANZANARES, 2009, p. 35, tradução nossa).

A dissociação a que pode ser submetido um acervo quando institucionalizado é um ponto sensível levantado por Calva González (2017), pois a coleção se despersonaliza. Se o livro representa “uma porção de memória, até coletiva” (ECO, 2010, p. 15), então acervos

⁵ “Com frecuencia, las colecciones reunidas por bibliófilos particulares han venido a parar, andando el tiempo, a bibliotecas públicas o instituciones que garantizan (hasta cierto punto) que la colección permanecerá unida, sin disgregarse (y por lo tanto, objeto de culto y estudio para los investigadores) y, desde que estas instituciones tienen carácter público, la ponen a disposición de todos los ciudadanos” (GONZÁLEZ MANZANARES, 2009, p. 35).

personais “fazem parte da memória social e podem contribuir para a produção de novos conhecimentos e futuras pesquisas de modo mais ampliado quando institucionalizadas, pois o acesso torna-se público e alcançável” (SANTIAGO, 2018, p. 26).

Outras bibliotecas resistiram por meio da criação de um museu-casa histórica, categoria de museus que abrange: palácios reais, residências de personagens poderosos, casas de personagens famosos, estúdios de artistas, ricas casas burguesas e até modestas casas rurais (PINNA, 2001).

Esse tipo de museu desperta grande interesse no público por que proporciona ao visitante uma experiência holística (SCHUMACHER, 2016).

A casa histórica que é convertida em museu desperta sentimentos e memórias nos visitantes mais do que qualquer outro tipo de museu. Ela tem uma “atmosfera” especial que leva os visitantes de volta para outros tempos e faz eles se perguntarem que outras pessoas transitaram por por aqueles mesmos espaços pelos quais eles estão passando. (GORGAS, 2001, p. 10, tradução nossa).

Se o museu-casa promove a interação entre o conjunto de objetos e o espírito das pessoas que habitavam aquele lugar (PINNA, 2001), a biblioteca é responsável pela simbiose entre o cenário e a coleção, e transmite, mais do que qualquer outro ambiente, a personalidade individual da propriedade (STOKES, 2008).

Na sua forma mais clássica, a casa-museu é um espaço que guarda as marcas físicas e simbólicas da sua origem, que são presentificadas e ressignificadas não só pelo processo de reconstrução da memória provocado pelos discursos expositivos, mas também pelo olhar do visitante. (RANGEL; ALMEIDA, 2017, p. 1)

O museu-casa proporciona uma gama de interpretações e sentidos (PONTES, 2019) provocada pela dicotomia entre “presença e ausência das pessoas que residiram na casa” (GORGAS, 2001, p. 10).

Os objetos de uma coleção, nesse caso, os livros e demais materiais bibliográficos de uma biblioteca pessoal, quando deixam de estar definitivamente sob a posse de seu colecionador, passam a representar “ausência e legado” (LEIPNITZ, 2017, p. 59). O entendimento sobre legado mistura-se com a noção de patrimônio.

Por serem a camada mais particular dos subconjuntos que compõem o patrimônio bibliográfico, bibliotecas pessoais têm potencial como patrimônio bibliográfico multidimensio-

nal a partir de relação identitária desde o nível familiar: identidade com um bairro, uma cidade, um estado, um país, uma empresa, uma área do conhecimento, uma universidade, entre outras comunidades.

5 Biblioteca de Rui Barbosa: “lugar de saber”

A Biblioteca de Rui Barbosa, com cerca de 37 mil itens, integra o Museu Casa de Rui Barbosa, parte da FCRB, criado na última residência onde viveram o célebre jurista e político Rui Barbosa (1849-1923) e sua família.

Nascida do empenho pessoal do próprio Rui, desenvolveu-se sobretudo em função de sua atuação profissional, que lhe serviu de estímulo para reunir e utilizar vultosa coleção de livros.

Se a biblioteca privada de natureza pessoal surge como o reflexo do homem, dos motivos que estiveram na sua origem, dos critérios por ele definidos, do meio social envolvente e da sua época, por outro lado, a mentalidade e a formação intelectual, e a sua atividade profissional surgem da sua capacidade de estudo constante em que os livros têm sem dúvida um papel ativo. (SEARA, 2018, p. 5).

Ferreira (2008) destacou que no período compreendido entre o último quartel do século XIX e o primeiro do século seguinte, obras de caráter profissional eram maioria nas bibliotecas de médicos e advogados. Para ressaltar a importância dos livros na formação de Rui, Pires (1949, p. 2) criou uma analogia entre eles e faróis, “que lhe descobriam e iluminavam os caminhos que tinha por diante”.

Na abordagem da História do Conhecimento, Jacob (2014) introduziu a ideia de lugares de saber (*lieux de savoir*). Nessa perspectiva, o conhecimento não é a espécie de unidade abstrata resultante do processamento mental de informações ou o conteúdo sobre determinado assunto. É todo o arcabouço de técnicas e processos que utilizamos para semantizar a nossa realidade.

Um lugar de saber não se concebe, necessariamente, como um espaço arquitetonicamente delimitado. Ele se configura a partir da dinâmica entre práticas, aparatos e os indivíduos para fins de elaboração, de transmissão e de fluxo do conhecimento. De acordo com Ja-

cob (2014), lugares de saber são classificados em três categorias: de produção do conhecimento, de conservação do conhecimento e de transmissão do conhecimento.

Pelo fato de as bibliotecas pessoais refletirem seus proprietários tanto pelos títulos reunidos — seja por motivos profissionais ou de lazer — quanto pelos sentidos ora despertados, ora ressignificados a partir da interação do homem com seus livros, elas são um lugar de saber “eficaz, coeso, eloquente”⁶ (JACOB, 2014, p. 11, tradução nossa).

A imagem da biblioteca pessoal como um espaço onde se alternam ordem e caos foi evocada por Manguel (2006, p. 20) quando descreveu o estado diurno de aparente harmonia visual de sua biblioteca em oposição ao caos noturno provocado por ele, cujos olhos e mãos “correm à solta pelas fileiras ordeiras” (MANGUEL, 2006, p. 20).

Jacob (2014, p. 77, tradução nossa) confirma a ideia de que a biblioteca pessoal seja um lugar onde oscilem equilíbrio e dissonância ao declarar que

a biblioteca pessoal de um pesquisador é também um lugar de saber, em seu arranjo material, em sua distribuição em diferentes móveis, em pilhas e linhas, na ordem e desordem que a organizam. A presença de fotografias, cartões postais, bugigangas que pontuam prateleiras têm significados emocionais e simbólicos que marcam um ambiente de vida e de trabalho. Os princípios de distribuição racional de livros são frequentemente subvertidos por caprichos de usos. Os livros mais usados, os livros recentemente usados ou adquiridos, ou livros para ler, agrupam-se ao alcance da mão e da visão do pesquisador.⁷

A biblioteca de Rui, também um pesquisador, experimentou esse aparente desequilíbrio tão próprio de quem amava os livros e “os percorria incessantemente, como o operário lida diariamente com os instrumentos do seu ofício” (PIRES, 1949, p. 52), fazendo da sua biblioteca uma oficina do trabalho intelectual.

Já não havia mais colocação conveniente para eles nas estantes, com duas e três ordens de volumes, e ainda com muitos outros deitados em pilha sobre a

⁶ “Et pourtant, une bibliothèque personnelle est elle aussi un lieu de savoir efficace, cohérent, éloquent, par ce qu’elle révèle des intérêts intellectuels, du champ professionnel, des désirs et des projets de celui ou de celle qui l’a constituée.” (JACOB, 2014, p. 11).

⁷ De même la bibliothèque personnelle d’un chercheur est elle aussi un lieu de savoir, dans son arrangement matériel, dans sa répartition sur différents meubles, dans les piles et les rangées, dans l’ordre et le désordre qui l’organisent. La présence de photographies, de cartes postales, de bibelots qui ponctuent les étagères relève des significations affectives et symboliques qui balisent un environnement de vie et de travail. Les principes de répartition raisonnée des livres sont souvent subvertis par les aléas des usages. Les livres les plus utilisés, les livres récemment utilisés ou acquis, ou les livres à lire, se regroupent à portée de main et de vue du chercheur. (JACOB, 2014, p. 77).

cabeça dos que ficavam em pé, na posição que lhes é ordinária. (PIRES, 1949, p. 8).

Rui fez da sua biblioteca ambiente de estudo e trabalho. Ela foi sua sala de leitura e *scriptorium*. Dadas as múltiplas atuações profissionais, sua biblioteca foi um verdadeiro laboratório cognitivo, capaz de abarcar, inspirar e fundamentar todas as suas atividades.

6 Biblioteca de Rui: de *biblioteca práctica* a patrimônio bibliográfico

Infantes (1997) propôs uma classificação para as bibliotecas da Época Moderna, especialmente para as dos séculos XVI a XVII, a partir da análise da quantidade de registros identificados em inventários, conforme visualizado abaixo:

Quadro 1 - Classificação das bibliotecas dos séc. XVI-XVII por Victor Infantes.

Até 15 registros	Até 60 registros	Entre 50 e 300 registros	Mais de 300 registros
<i>Biblioteca práctica</i>	<i>Biblioteca profesional</i>	<i>Biblioteca patrimonial</i>	<i>Biblioteca museo</i>
O livro conservado como um bem básico. Despertar do sentimento de propriedade pessoal	O livro como instrumento profissional do seu proprietário	A formação da biblioteca por herança, pelo poder aquisitivo do proprietário ou por colecionismo	O livro representa um sinal de riqueza

Fonte: A própria autora, 2020.

Embora a biblioteca que Rui Barbosa formou ao longo da vida seja dos meados do século XIX para a passagem do século XX, e observadas as circunstâncias editoriais e intelectuais da sua época em relação aos séculos a partir do que foi proposta tal classificação, podemos reinterpretar essas categorias, desconsiderando o critério de quantidade de itens, como expressão da evolução da biblioteca de Rui até transformar-se, efetivamente, por ação do Estado, em parte de um museu-biblioteca.

Desde jovem, antes de ingressar no curso de Direito, Rui já possuía livros, sua *biblioteca práctica*. Ela se desenvolveu, sobretudo, durante o período do estudo acadêmico. De acordo com Pires (1949), Rui considerou o ano de 1871 como o início da sua biblioteca que, a

partir de então, tomaria formas de *biblioteca profissional*. No ano seguinte, recém-formado, assumiu o primeiro cargo na carreira jurídica, o que impulsionou o desenvolvimento paulatino da sua coleção ao longo de muitos anos. Em 1895 Rui e a família se mudaram para a casa que hoje é o museu em sua homenagem. Essa residência representou, provavelmente, a passagem da biblioteca para o perfil de *biblioteca patrimonial*, reflexo do seu êxito profissional e de prosperidade financeira. Por fim, sua *biblioteca museo*, o ápice do acervo de Rui.

Uma biblioteca assim tem valor inestimável. E sobretudo quando aquele que a formou e possui é um homem das qualidades de Rui Barbosa, com o seu talento, o seu domínio de várias línguas, a sua facilidade de assimilar e produzir, os seus longos hábitos de estudo nos livros, que lhe revelaram os caminhos do saber. (PIRES, 1949, p. 6).

Foi por meio do Decreto nº 4.789, de 2 de janeiro de 1924, que o governo federal autorizou a compra da propriedade onde residiu Rui Barbosa até seu falecimento, incluindo a biblioteca (BRASIL, 1924). Havia a intenção expressa no documento de que fosse fundado um museu-biblioteca.

Três anos após a aquisição da casa, o governo criou, por meio do Decreto nº 17.758 de 4 de abril de 1927, o Museu Ruy Barbosa, cuja finalidade primordial era a de conservar a biblioteca e o arquivo que pertenceram ao patrono (BRASIL, 1927). Menos de um ano depois, pelo Decreto nº 5.429 de 9 de janeiro de 1928, foi criada a Casa de Ruy Barbosa, então denominada um museu-bibliotheca (BRASIL, 1928).

Pela redação dos três decretos, observa-se a relevância da biblioteca para aquela nova instituição.

Nenhum outro espaço da casa contribuiu para a compreensão da vida e da obra de Rui Barbosa como sua biblioteca. A importância da biblioteca certamente motivou a compra da própria casa e possibilitou sua transformação no primeiro museu casa do Brasil, um museu biblioteca, ou um “palácio de livros”, como a chamava Américo Lacombe (SECKLER, 2014, p. 32).

Após a morte de Rui Barbosa em 1923, entre as homenagens de pessoas públicas acerca do célebre político e jurista, uma se destacou quando consideramos o tema do patrimônio bibliográfico: o jornalista Constâncio Alves dedicou o espaço da sua coluna *Dia a Dia* no *Jornal do Commercio* de 8 de março de 1923 à biblioteca de Rui. No texto intitulado *Ruy Barbosa e os livros*, o autor chamou a famosa coleção de “cidade dos livros”, fazendo transparecer preocupação quanto ao risco de dispersão do acervo.

Essa aflição indica uma consciência sobre patrimônio bibliográfico ainda que o termo — tampouco seu conceito — existissem à época. Essencialmente no caso da biblioteca de Rui Barbosa cabe a seguinte observação

[...] o contexto, o conjunto, a coleção (ou melhor a biblioteca) é um único bem patrimonial indivisível que se compreende e se entende assim, reunida, preferencialmente no espaço em que se desenvolveu.⁸ (PEDRAZA-GRACIA, 2013, p. 445, tradução nossa).

Assim, essa biblioteca é peculiar porque orbita em mais de uma camada de interpretação na perspectiva da Biblioteconomia — por natureza ela é uma biblioteca pessoal e, sob a perspectiva da gestão de coleções, pode ser atribuído a ela o *status* de uma coleção especial *in situ*.

A decisão do governo brasileiro de criar, inicialmente, um museu-biblioteca representou uma semente do que é em parte discutido atualmente como patrimônio bibliográfico, embora mais de dez anos depois é que se estabeleceria uma política pública para a proteção do patrimônio cultural, evidenciada com a criação do SPHAN. Sob outra perspectiva,

A transformação da residência de Rui Barbosa em museu-casa pode ser compreendida como a construção de um conjunto de dispositivos memoriais postos a serviço de interesses políticos inseridos em um discurso mais amplo de **identidade e memória nacional** (RANGEL, 2015, p. 112, grifo nosso).

O binômio identidade/memória envolve conceitos inerentes ao de patrimônio, por conseguinte, à ideia de patrimônio bibliográfico, mesmo que no Brasil ela ainda esteja sendo construída.

Pela universalidade refletida na biblioteca, pela diversidade de temas e idiomas das obras, pela perseverança com que Rui as reuniu e, sobretudo pela utilização profícua e acurada da sua coleção em prol de tantas questões políticas e sociais do Brasil a biblioteca de Rui, pode ser considerada, em outra escala, parte do patrimônio bibliográfico nacional.

⁸ “[...] el contexto, el conjunto, la colección (o mejor la biblioteca) es un único bien patrimonial indivisible que se comprende y se entiende así, reunida, preferiblemente en el ámbito espacial en el que se desarrolló.” (PEDRAZA-GRACIA, 2013, p. 445)

7 Considerações finais

É importante a continuidade de esforços e iniciativas em se manter ampla e atualizada a discussão sobre patrimônio bibliográfico nacional para que o país possa avançar no tema. A reflexão abrange desde a necessidade de consenso sobre o conceito de patrimônio bibliográfico no Brasil, se é que é possível ser estabelecido um, até a compreensão de que patrimônio bibliográfico abrange mais do que acervos tombados ou certificados e do que itens ou conjuntos bibliográficos selecionados por antiguidade ou conceitos de raridade.

A ideia de uma instância patrimonializante centrada na relação identitária entre o sujeito que possui um acervo bibliográfico e uma ou mais comunidades dá conta de se considerarem e de se validarem bibliotecas pessoais como patrimônio bibliográfico.

A biblioteca de Rui, enquanto biblioteca pessoal, foi interpretada como um lugar de saber. Ela atuou com o espaço onde Rui se integrou de maneira sistematizada aos seus livros para estudar soluções jurídicas e políticas, elaborar pareceres e pensar o nosso país.

Essa biblioteca possui alto valor de patrimônio para a FCRB — não no sentido relacionado à valoração dos itens que a compõem. Afinal, é um conjunto caríssimo à instituição já que se trata da biblioteca formada e profundamente utilizada pelo seu patrono. É, assim, patrimônio bibliográfico no contexto dessa entidade bem como pode ser para outros grupos e/ou instituições, independentemente de não serem detentoras desse acervo, e, portanto, parte do patrimônio bibliográfico nacional. Ela foi testemunha, aliada e prova da atuação de Rui Barbosa na história do Brasil.

Referências

ALVES, Constâncio. Ruy Barbosa e os livros. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, n. 64, p. 2, 8 mar. 1923. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_11&PagFis=8090&Pesq=%22Ruy%20Barbosa%20e%20os%20livros%22. Acesso em: 10 maio 2020.

ANASTÁCIO, Vanda. Bibliotecas particulares e problemas concretos. *In*: ANASTÁCIO, Vanda (Org.). **Tratar, estudar, disponibilizar**: um futuro para as bibliotecas particulares. Lisboa: Banco Espírito Santo: Centro de História, 2013. p. 47–58.

BESSONE, Tania Maria. **Palácios de destinos cruzados**: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

BRASIL. Decreto nº 4.789, de 2 de janeiro de 1924. Autoriza o Poder Executivo a adquirir a casa em que residiu, o senador Ruy Barbosa, com mobiliário, bibliotheca, archivo. etc. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 5 jan. 1924. Seção 1. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4789-2-janeiro-1924-565500-publicacaooriginal-89254-pl.html>. Acesso em: 21 nov. 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.429, de 9 de janeiro de 1928. Crêa a "Casa de Ruy Barbosa". **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 13 jan. 1928. Seção 1. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5429-9-janeiro-1928-562193-publicacaooriginal-86048-pl.html>. Acesso em: 21 nov. 2019.

BRASIL. Decreto nº 17.758, de 4 de abril de 1927. Crea o Museu Ruy Barbosa e approva o seu regulamento. **Diário Oficial da União**. Rio de Janeiro, 21 abr. 1927. Seção 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17758-4-abril-1927-500996-republicacao-86883-pe.html>. Acesso em: 21 nov. 2019.

CALVA GONZÁLEZ, J. J. El coleccionista, su colección y la biblioteca personal: la práctica de coleccionar. **Biblioteca Universitaria**, Mexico, D. F., v. 20, n. 2, p. 133–139, 1 dez. 2017. Disponível em: <https://bibliotecauniversitaria.dgb.unam.mx/rbu/article/view/187>. Acesso em: 6 jan. 2020.

ECO, Umberto. **A memória vegetal e outros escritos sobre bibliofilia**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico**. São Paulo: Edusp, 2008.

FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz. A biblioteca de Rui Barbosa no palácio dos livros. In: **Catálogo da biblioteca de Rui Barbosa**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008. p. 28–46.

GÓMEZ GÓMEZ, Margarita. El patrimonio documental y bibliográfico como patrimonio cultural. In: HERREROS, Ma Angeles Peinado (Coord.). **El Patrimonio Cultural y Natural como Motor de Desarrollo: Investigación e Innovación**. [Sevilha]: Universidad Internacional de Andalucía, 2012. p. 1036-1047. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4152952>. Acesso em: 20 set. 2019.

GONZÁLEZ MANZANARES, Joaquín. **La pasión libresca extremeña: retazos de bibliografía, bibliofilia y bibliotecas**. Badajoz: Biblioteca de Extremadura, 2009. Disponível em: <https://biex.juntaex.es/biex/download/Libro1.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

GORGAS, M. R. DE. Reality as illusion, the historic houses that become museums. **Museum International**, [s. l.] v. 53, n. 2, p. 10–15, 2001. DOI: 10.1111/1468-0033.00307. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1468-0033.00307>. Acesso em: 26 nov. 2019.

INFANTES, Victor. Las ausencias en los inventarios de libros y de bibliotecas. **Bulletin hispanique**, [s.l.], v. 99, n. 1, p. 281–292, 1997. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/hispa_0007-4640_1997_num_99_1_4939. Acesso em: 7 dez. 2019.

JACOB, C. **Qu'est-ce qu'un lieu de savoir?** Marseille: OpenEdition Press, 2014. Disponível em: <http://books.openedition.org/oep/423>. Acesso em: 6 abr. 2020.

LEIPNITZ, Fernando. **Política de avaliação e seleção de doações em acervos particulares a serem incorporados às bibliotecas da Universidade Federal de Santa Maria, RS.** 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural) — Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

LISBOA, João Luís. Coleções e dispersão. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (Org.). **Da minha casa para todos: a institucionalização de acervos bibliográficos privados.** Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, 2018. p. 8-25. *E-book*. Disponível em: http://www.mast.br/images/publicacoes_mast/livro_da_minha_casa_para_todos_v2.pdf. Acesso em: 24 out. 2019.

MANGUEL, Alberto. **A biblioteca à noite.** Tradução Samuel Titan Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MANGUEL, Alberto. **Embalando minha biblioteca: uma elegia e dez divagações.** Tradução de Rita Almeida Simões. Lisboa: Tinta da China, 2018.

MELOT, Michel. Qu'est-ce qu'un objet patrimonial? **Bulletin des bibliothèques de France** (BBF), [s.l.] n. 5, p. 5-10, 2004. Disponível em: <http://bbf.enssib.fr/consulter/01-melot.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

NAMER, Gérard. **Memoire et societe.** Paris: Méridiens Klincksieck, 1987.

NAPOLEONE, Luciana Maria *et al.* Livros e bibliotecas como bens culturais. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 12, n. 0, p. 203–207, 24 nov. 2016. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/615/525%3E>. Acesso em: 23 nov. 2019.

NASCIMENTO, Aires. Livro é mais que texto: materialidade e integração cultural. In: ANASTÁCIO, Vanda. (Org.). **Tratar, estudar, disponibilizar: um futuro para as bibliotecas particulares.** Lisboa: Banco Espírito Santo:Centro de História, 2013. p. 7–30.

PALMA PEÑA, Juan Miguel. La socialización del patrimonio bibliográfico y documental de la humanidad desde la perspectiva de los derechos culturales. **Revista General de Información y Documentación**, [s.l.], v. 21, p. 291-312, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/38822662.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2019.

PALMA PEÑA, Juan Miguel. Los valores de la cultura bibliográfica y documental mexicana del siglo XX: algunas reflexiones para su permanencia. In: CONGRESO INTERNACIONAL

DE AMERICANISTAS, 53., 2009, Ciudad de Mexico. Disponível em: https://www.academia.edu/10287613/Los_valores_de_la_cultura_bibliogr%C3%A1fica_y_documentoal_mexicana_del_siglo_XX_algunas_reflexiones_para_su_permanencia. Acesso em: 13 jul. 2020.

PALMA PEÑA, Juan Miguel. El patrimonio cultural, bibliográfico y documental de la humanidad: revisiones conceptuales, legislativas e informativas para una educación sobre patrimonio. **Cuicuilco**, México, v. 20, n. 58, p. 31-57, set./dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-16592013000300003. Acesso em: 9 nov. 2019.

PALMA PEÑA, Juan Miguel. Valores sociales y valores patrimoniales: elementos para determinar la significación del patrimonio documental. **Biblioteca Universitaria**, [s.l.], v. 16, n. 1, p. 33–45, 6 jun. 2014. Disponível em: <https://bibliotecauniversitaria.dgb.unam.mx/rbu/article/view/18>. Acesso em: 9 nov. 2019.

PEDRAZA-GRACIA, Manuel José. Percepción museográfica de la biblioteca histórica o patrimonial: perspectivas y reflexiones en torno a los fondos y libros antiguos. **El profesional de la información**, [s.l.], v. 22, n. 5, p. 440-447, set./out. 2013. Disponível em: <http://www.elprofesionaldelainformacion.com/contenidos/2013/sept/09.html>. Acesso em: 22 nov. 2019.

PINNA, Giovanni. Introduction to historic house museums. **Museum International**, Paris, v. 53, n. 2, p. 4–9, 2001. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000122989>. Acesso em: 15 nov. 2019.

PIRES, Homero. **Rui e os livros**. 5. ed. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1949. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/oz/FCRB_HomeroPires_RuiBarbosa_e_os_livros.pdf. Acesso em: 9 dez. 2019.

PONTE, António. Casas-Museu. Entre o conceito e o modelo de ação. Da constituição ao modelo de investigação. In: MONGE, Maria de Jesus (Coord.). **10 anos de reflexão sobre casas-museu em Portugal**. [Vila Real?]: Direção Regional de Cultura do Norte, 2019. p. 19-[34]. *E-book*. (Património a Norte, 1).

RANGEL, Aparecida Marina de Souza Rangel. **Museu-Casa de Rui Barbosa: entre o público e o privado**. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/641>. Acesso em: 17 nov. 2019.

RANGEL, Aparecida Marina de Souza Rangel; ALMEIDA, Álea Santos de. Os cômodos do Museu Casa de Rui Barbosa enquanto museália. **MIDAS: museus e estudos interdisciplinares**, [s.l.], n. 8, 31 jul. 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/midas/1300>. Acesso em: 6 jan. 2020.

SANTIAGO, Maria Claudia. O processo de institucionalização da Biblioteca do médico Antônio Fernandes Figueira. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e (Org.). **Da minha casa**

para todos: a institucionalização de acervos bibliográficos privados. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2018. p. 26–36. *E-book*. Disponível em: http://www.mast.br/images/publicacoes_mast/livro_da_minha_casa_para_todos_v2.pdf. Acesso em: 24 out. 2019.

SANTOS, Renata Ferreira dos; REIS, Alcenir Soares dos. O Patrimônio bibliográfico no Brasil: trajetória de leis, políticas e instrumentos de proteção legal. **Investigación Bibliotecológica:** archivonomía, bibliotecología e información, [s.l.], v. 32, n. 75, p. 223-259, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22201/iibi.24488321xe.2018.75.57970>. Acesso em: 26 set. 2019.

SÁNCHEZ, K. El arte de coleccionar libros: esas bibliotecas personales. **La Barra Espaciadora**, [s.l.], 9 mar. 2015. Disponível em: <https://www.labarraespaciadora.com/culturas/el-arte-de-coleccionar-libros/>. Acesso em: 7 jan. 2020.

SEARA, Maria do Rosário Tavares Diniz Ferreira Germano Perez. **A biblioteca pessoal de Alberto Mac-Bride:** História, Medicina e organização da informação. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências da Documentação e Informação) – Faculdade de letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/33576>. Acesso em: 6 jan. 2020.

SECKLER, Jurema. Museu Casa de Rui Barbosa, 80 anos: pesquisa e renovação. In: PES-SOA, Ana; RANGEL, Aparecida (Org.). **III Encontro Luso-Brasileiro de Museus Casas:** espaço, memória e representação. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2014. p. 28-34. (Coleção FCRB Aconteceu). *E-book*. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/anais_do_III_Encontro_Luso_Brasileiro_de_Museus_Casas.pdf. Acesso em: 19 nov. 2019.

SCHUMACHER, Casey M. **One for the books:** a case study of the interpretation of personal libraries in historic house museums. 2016. Thesis (Masters of Arts in Museum Studies) – Department of Museum Studies, Baylor University, Waco, 2016. Disponível em: <https://baylor-ir.tdl.org/handle/2104/9624>. Acesso em: 15 nov. 2019

STOKES, Heidi Hutchins. **Rediscovering the Private Library:** The National Trust of Great Britain and the Campaign to Expand the Role of Library Collections in Historic House Museums. 2008. Thesis (Master of Arts in Museum Professions) – Seton Hall University, South Orange, 2008. Disponível em: <https://scholarship.shu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2937&context=dissertations>. Acesso em: 15 nov. 2019.

STRABO. **The Geographhy of Strabo:** Literally translated, with notes, in three volumes. [Tradução de H.C. Hamilton e W. Falconer]. London: George Bell & Sons, 1903. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.01.0239%3Abook%3D13%3Achapter%3D1%3Asection%3D54>. Acesso em: 16 nov. 2019.